

A FILOSOFIA E SEU ENSINO NO NÍVEL MÉDIO: QUE PARADIGMAS SEGUIR

Rita de Athayde Gonçalves*

Ensinar filosofia é convidar a pensar. É convidar a compartilhar uma atividade que supõe um esforço, é certo, mas abre a enorme perspectiva de chegar a enfrentar-se como novo. E quando se possibilita a novidade, quando aparece algo que antes não havia, em alguma medida, transformamos o mundo. (Alejandro Cerletti)

A Filosofia, após inúmeras inserções e retiradas dos currículos da escola média brasileira, está vivendo um momento especial, devido à sua inclusão como componente curricular obrigatório no Ensino Médio, através do Parecer nº. 38/2001¹, homologado em 11 de Agosto de 2006. Segundo notícia divulgada pela Agência Radiobrás:

Em um ano, professores de escolas públicas e privadas terão que ensinar mais de nove milhões de alunos a refletir sobre as situações cotidianas. O ministro da Educação, Fernando Haddad, homologou [...] o parecer nº 38/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que torna obrigatório o ensino de sociologia e filosofia no ensino médio. Os estabelecimentos terão um ano para se adaptarem à nova exigência. (INTERNET, 2006, p.1)

Essa nova situação da Filosofia no Ensino Médio brasileiro exige a discussão mais acirrada sobre problemas desde há muito tempo debatidos pelos professores de Filosofia, entre eles a reflexão sobre *os conteúdos e as metodologias de ensino em Filosofia*, já que o objetivo da disciplina está implícito no Parecer que a regulamenta:

Preliminarmente, reitera-se a importância e o valor da Filosofia e da Sociologia para um processo educacional consistente e de qualidade na formação humanística de jovens que se deseja sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas. Esta relevância é reconhecida não só pela argumentação dos proponentes, como por pesquisadores e educadores em geral, inclusive não filósofos ou não sociólogos. (PARECER CNE/CEB Nº: 38/2006, p. 2)

* Professora do Curso de Filosofia do Centro Universitário Franciscano

¹ A Sociologia foi inserida juntamente com a Filosofia por este mesmo Parecer como disciplina obrigatória do Ensino Médio

Assim sendo, *o que ensinar* para que o adolescente se sinta *seduzido* pela Filosofia? Que paradigmas se devem seguir? Devem-se priorizar conteúdos de História da Filosofia ou temas trabalhados numa perspectiva filosófica? Ou, ainda, pode-se adotar uma terceira alternativa, unindo o conhecimento histórico da Filosofia com a atividade do filosofar?

Como ensinar, para que se consiga atingir o objetivo de proporcionar ao adolescente o pensar correto e autônomo? O ensino de Filosofia pode ser submetido a uma Didática Geral ou precisa ser criada uma Didática própria da Filosofia? *Como ensinar Filosofia* no Ensino Médio em uma sociedade que só valoriza o imediatamente útil, na qual qualquer tentativa de reflexão é tomada como perda de tempo ou como comportamento anacrônico e desnecessário?

Essas questões orientarão com maior intensidade as discussões atuais, para que a disciplina de Filosofia construa uma identidade no Ensino Médio.

Ao mesmo tempo, deve-se pensar sobre a distinção preconceituosa entre o filósofo e o professor de filosofia, desvalorizando aquele que atua na escola básica como alguém inapto para a pesquisa. Porém, quase todos os filósofos, desde Platão, tiveram de alguma forma relação com o ensino de Filosofia.

As questões são muitas e as discussões sobre a disciplina de Filosofia no Ensino Médio precisam ser ampliadas, permitindo aos professores de Filosofia da escola básica o acesso a fóruns de discussão que tratam da organização da disciplina no Ensino Médio.

Os professores de Filosofia, diante dessa nova realidade, além de pensar sobre o ensino de Filosofia, deverão refletir sobre outros problemas como a questão da formação específica, devido à carência de professores formados em Filosofia para atender a toda a rede de escolas, à manutenção dos cursos de Filosofia existentes, à abertura de novos cursos e, acima de tudo, à valorização e reconhecimento deste profissional.

A pretensão deste artigo, originado muito mais de dúvidas do que de certezas, não é responder a essas questões, mas refletir sobre elas, levantando questionamentos para submetê-los à discussão, para que se pensem possibilidades e perspectivas para a Filosofia na escola média, especialmente no que diz respeito a como e o que ensinar.

Que conteúdos selecionar para a Filosofia no Ensino Médio?

Segundo o Ministério da Educação, a disciplina de Filosofia deverá ter carga horária mínima de duas horas-aula semanais, embora não se pronuncie se deve ser inserida nas três séries do Ensino Médio. Para o Ministro da Educação, Fernando Haddad, não há maiores problemas para a implantação da disciplina:

Conseguimos criar uma regra flexível o suficiente para que os sistemas não tenham dificuldade em implantar essa novidade, atendendo o interesse do aluno em ter uma formação mais ampla durante o ensino médio, sobretudo uma formação crítica da sociedade em que ele vive, contextualizada para que ele possa ter uma vida de cidadão mais plena [...].(INTERNET, 2006, p.1)

Para que se consiga dar conta dessa formação crítica, os conteúdos de ensino (*o que ensinar*) merecem atenção especial, pois se deve pensar na elaboração de uma programação a partir da qual o aluno se sinta envolvido com a Filosofia. Esse envolvimento só é possível através do encantamento pelo filosofar que pode levá-lo a problematizar a realidade, proporcionando a construção de uma forma autônoma de pensar, objetivo principal da Filosofia no Ensino Médio.

A seleção de conteúdos é, sem dúvida, um dos principais desafios, atualmente, quanto ao ensino de Filosofia no nível médio.

Há uma tendência muito forte entre os professores, de acordo com pesquisas realizadas (RIBAS, MELLER, GONÇALVES, 2003), de priorizar na escolha da programação temas filosóficos (*ou nem tão filosóficos, muitas vezes*) para com esses promover o desenvolvimento de habilidades de pensamento, indispensáveis ao filosofar. Essa tendência representa certo descaso pela História da Filosofia, que fica relegada a segundo plano, ou seja, embora nas Diretrizes para os Cursos de Filosofia exista ênfase na formação em História da Filosofia, na disciplina, percebe-se certa rejeição à História da Filosofia por parte da maioria dos professores do nível médio, segundo seus próprios depoimentos [informação oral]. Desse modo, consideram desnecessária a História da Filosofia, utilizando-a apenas como referência para introduzir ou comentar determinados temas. Justificam que o Ensino Médio “não pretende formar filósofos”, o que é uma realidade. Porém, essa concepção é bastante reduzida, pois neste caso filósofo seria alguém que deveria apenas dominar a História da Filosofia, o que no nível médio não poderia ocorrer, mesmo que a disciplina fosse trabalhada nas três

séries. O termo filósofo ultrapassa a idéia de domínio da História da Filosofia. Se os professores que atuam no nível médio não vêem necessidade de trabalhar a História da Filosofia como conteúdo neste componente curricular, há um contra-senso nessa convicção, pois todos receberam e continuam recebendo a sua formação com ênfase em História da Filosofia. Então, por que esta não é importante para formar os jovens? Como trabalhar Ética e Lógica sem fazer menção às teorias de Aristóteles?

Essa concepção se deve, em grande parte, à interpretação um tanto distorcida da proposição kantiana de que “não se ensina Filosofia, mas a filosofar”, compreendida por muitos no sentido de que a História da Filosofia é dispensável para o filosofar. Sem entrar no mérito da questão, é necessário considerar esta afirmação no contexto da obra de Kant, onde este, de acordo com seu pensamento, afirmou que a Filosofia está ligada à faculdade do entendimento, e o que se faz ao ensinar Filosofia está no âmbito do conhecimento histórico de alguma doutrina, ou daquilo que aprendemos a partir das concepções históricas, de conhecimentos elaborados por outras pessoas. Assim, aprender a filosofar (Filosofia como atividade) não é o mesmo que aprender Filosofia (conhecimento das doutrinas elaboradas por filósofos), que significa, na concepção kantiana, tomar como seu um conhecimento de outro. Isto é o que geralmente se faz na sala de aula quando a programação selecionada está na linha da História da Filosofia. Já o filosofar exige que se use a razão para criar, produzindo novos conhecimentos, criticando os que já existem ou recusando-os, sem imitar, como faz o discípulo, que apenas conhece a teoria de outros pensadores e se apropria delas. Filosofar para Kant é atingir a autonomia de pensar, é alcançar o esclarecimento:

ESCLARECIMENTO [«Aufklärung»] é a saída do homem da sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem (1974, p.100).

Logo, para Kant, não se ensina Filosofia, a não ser de forma histórica, pois a história pode ser ensinada na medida em que não é produzida pelo aprendiz. Do ponto de vista do uso da razão, pode-se apenas aprender a filosofar. Porta ao refletir sobre o ensino de Filosofia e o filosofar, argumenta que:

É bem sabido que Kant, em citadíssima passagem, afirma que não se pode ensinar filosofia, mas apenas ensinar a filosofar. O Filósofo de Königsberg quer dizer outra coisa do que geralmente se lhe atribui; assim, por exemplo, ele jamais entenderia por filosofia “história da filosofia” (algo que hoje seria para nós uma primeira identificação). A oposição que lhe interessa é entre uma ciência constituída como um conjunto de verdades e uma atividade da razão. Como a filosofia não é a primeira, mas propriamente a segunda, não há aqui o que ensinar no sentido de uma transmissão de conteúdos. (PORTA, 2002, p. 21)

Contra-pondo-se à posição kantiana, Hegel entende que se deve ensinar História da Filosofia. Hegel criticou a compreensão, que já existia em sua época, de que se pode filosofar, sem conhecer o conteúdo filosófico, na medida em que, como seres racionais, todos temos a capacidade de filosofar. Partindo do pressuposto de que, para aprender a filosofar, é condição fundamental ter conhecimento da Filosofia, Hegel assegura, que ao aprender Filosofia, ao mesmo tempo o indivíduo está filosofando, pois não é possível dissociar a Filosofia (histórica) do processo de filosofar (atividade da razão).

Ele também se posiciona com relação a outro problema referente ao ensino de Filosofia: afirma que é trivial a concepção de que, para se adquirir conhecimento de outras áreas do saber, é necessária a aprendizagem destas, mas que, quando se trata da Filosofia, todas as pessoas são investidas de sabedoria para filosofar, sem nem mesmo precisar conhecer a Filosofia e suas questões. Para Hegel (1974, p. 42):

[...] é necessário que se faça novamente da filosofia uma tarefa séria. Para que se possa possuir qualquer ciência, arte, habilidade, ofício, prevalece a convicção de que seja necessário um multifacetado esforço de aprendizagem e exercício. Se alguém tem olhos e dedos, recebe o couro e o instrumento, nem por isso é capaz de fabricar sapatos. Ao contrário, no que diz respeito à filosofia parece dominar presentemente o preconceito de que qualquer um saiba imediatamente filosofar e julgar a filosofia, já que para isso possui a medida na sua razão natural[...].

O que Hegel quer destacar é a necessidade de conferir a Filosofia a sua devida importância, sem subestimá-la como um conhecimento de segunda ordem no qual, para filosofar, não é necessária uma formação adequada. Nesse sentido, quer combater a concepção do senso comum de que tudo é filosofia e todos podem ser professores dessa disciplina.

Esse aspecto é abordado no Parecer nº 38/2006, ao afirmar que:

Para garantia do cumprimento da diretriz da LDB, referente à Filosofia e à Sociologia, não há dúvida de que, qualquer que seja o tratamento dado a esses componentes, as escolas devem oferecer condições reais para sua efetivação, *com professores habilitados em licenciaturas que concedam direito de docência desses componentes*, além de outras condições, como, notadamente, acervo pertinente nas suas bibliotecas (p.8).

Quanto aos conteúdos de ensino, a Filosofia no nível médio deveria procurar conciliar o pensamento de Kant e Hegel, na medida em que a Filosofia e a sua História não se separam, porque, ao mesmo tempo em que se estuda Filosofia, se produz-se o filosofar. Mas volta-se novamente à pergunta: que conteúdos são adequados ao aluno de Ensino Médio, que paradigma deve orientar a seleção de conteúdos? Devem ser selecionados a partir das programações dos vestibulares? Das necessidades e interesses do aluno que está buscando nesta etapa construir a sua identidade? Da preparação para a cidadania como indica a LDBEN/96?

Para Silva (1986), a dificuldade de escolha das programações adequadas à Filosofia se deve ao fato de que as disciplinas que fazem parte do currículo escolar, de modo geral, têm uma base conceitual mais ou menos sedimentada na tradição de sua área de conhecimentos, que orienta a escolha das suas programações escolares para a escola básica. Na Filosofia isso não ocorre, pois não existe esta base conceitual ou, pelo menos, não há consenso sobre ela.

Assim, em Filosofia, é difícil estabelecer, para cada nível da escola básica, um corpo de conhecimentos que a represente em determinada etapa de desenvolvimento, como ocorre com as demais áreas de conhecimento. A questão do ensino de Filosofia na escola básica pode ser pensada a partir de três alternativas possíveis: uma é a opção pela História da Filosofia como eixo central da programação, outra é a escolha de temas de interesse do aluno e a outra utilizar a História da Filosofia como referência, como substrato para a compreensão das temáticas a serem desenvolvidas no ensino da disciplina.

A História da Filosofia, como referência para a seleção da programação da disciplina, permite a escolha de temas atualizados, de interesse dos alunos e, além disso, contextualizados, o que pode levá-los ao envolvimento ou encantamento pela Filosofia. Ao abordar temas de Ética, por exemplo, pode-se trabalhar com o aluno como alguns filósofos ao longo da história trataram o tema. Mas, por outro lado, deve-se tomar cuidado na escolha das teorias que serão utilizadas para trabalhar as temáticas, dentre tantas pensadas ao longo da

História da Filosofia para determinados problemas.

Gallo e Kohan (2000, p. 182) também entendem que a Filosofia e a sua História apresentam uma conexão constante:

[...] o professor de filosofia é aquele que dialoga com os filósofos, com a história da filosofia e, claro, com os alunos, fazendo da aula de Filosofia algo essencialmente produtivo. Portanto, a Filosofia não é produzida numa parte e ensinada noutra, ela é sempre produzida e ensinada ao mesmo tempo.

As propostas para o ensino de Filosofia dependem também da formação inicial recebida pelos professores que elaboram as programações atualmente e a concepção que eles têm da profissão docente.

Tomando como ponto de referência as constatações feitas a partir da leitura do texto das Diretrizes para os Cursos de Filosofia (2001) quanto à licenciatura, é possível inferir que nestas *não há* uma preocupação evidente com o ensino de Filosofia no nível médio e, simplesmente, é ignorada a possibilidade de Filosofia no Ensino Fundamental. O texto acentua a preocupação de formar bacharéis, pesquisadores ou filósofos², valoriza mais a pesquisa, não se ocupa com a licenciatura, referindo-se a essa, apenas, no item Conteúdos Curriculares, como se percebe nas considerações: “No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam” (DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE FILOSOFIA, 2001, p. 3).

Diante do destaque mínimo dado à licenciatura pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Filosofia, a formação inicial dos professores de Filosofia, embora tenha passado por modificações significativas a partir de 2002, precisa ser continuamente discutida para que a Filosofia no Ensino Médio não se torne uma disciplina acadêmica, desvinculada do contexto do adolescente, tratando de temas que não dizem respeito à vivência e ao cotidiano dos alunos e, através de metodologias inadequadas, ao nível do seu desenvolvimento intelectual..

É consenso entre os próprios professores formadores que, até bem pouco tempo³, os cursos de licenciatura em Filosofia privilegiavam a formação para pesquisa, para cursos de

²Gallo e Kohan destacam a distinção entre professor de filosofia e o filósofo, comparando-a com a que separa o licenciado do bacharel. Considerando-a inadequada, concluem que não se pode separar a filosofia do seu ensino “... a filosofia tem sido sempre educativa, seja nas implicações do pensamento filosófico, seja na prática dos filósofos”. (2000, p.181)

³ A partir de 2004 todos os cursos de licenciatura devem estar adaptados às Diretrizes Curriculares, cumprindo a carga horária disposta na Resolução 02/2002 o que, em tese, deve produzir um maior interesse pelo ensino.

Pós-Graduação. Horn (2002, p. 242), referindo-se ao curso de Filosofia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, afirma que, na prática acadêmica, ocorre a seguinte situação:

[...] o professor especializa-se em um autor, obra ou sistema filosófico e transforma seu objeto de estudo individual no conteúdo que transmite nas aulas de graduação. O graduando, por sua vez, é convidado a especializar-se na mesma linha do mestre, possivelmente desde o início do curso, modalidade estereotipada da manifestação de sua vocação para a Filosofia. Este graduando – iniciado e futuro bacharel – dificilmente opta pela licenciatura e quando isso acontece há uma tendência de transferir este modelo – espólio do positivismo disputado no sistema acadêmico – para a sua prática, servindo como suporte para seu posicionamento posterior em relação à disciplina e aos alunos, como se estes também devessem recortar conteúdos filosóficos específicos, especializados nos mesmos. Destarte, os acadêmicos não-vocacionados precocemente ao *stricto sensu* são excluídos do bacharelado, restando-lhes convencerem-se de que não têm pendor para a reflexão filosófica. Com isso, ou cedem à pressão e desistem dos estudos, ou resistem, em geral encaminhando-se à licenciatura.

Este autor critica, mesmo que indiretamente, um tema já referido que é a distinção entre o professor de Filosofia e o filósofo, na qual se pode verificar certo preconceito quanto à docência em Filosofia. Esse é um ponto controvertido quando se pensa a Filosofia e seu ensino: quem é e como deve ser o professor de Filosofia. Critica também a tendência que o futuro professor apresenta de transferir o modelo acadêmico para a prática docente no Ensino Médio. Mesmo com todas as modificações curriculares ocorridas especialmente em 2004, citadas acima, corre-se o risco de continuar acontecendo a transferência do modelo acadêmico para a sala de aula e, mais uma vez, não acontecerá a transposição do conhecimento científico em conhecimento escolar.

Didática própria para a Filosofia como condição de possibilidade para seu ensino

O ensinar Filosofia é concebido por muitos como uma atividade que desprestigia o filósofo. Entre outros motivos, o preconceito sobre o ensinar Filosofia é também decorrente do fato de que o próprio ensino de Filosofia não é considerado um tema filosófico. Esse preconceito tende a diminuir na proporção em que se pensa sobre as possibilidades da ensinabilidade da Filosofia. Cerletti (2003, p.67) menciona a “Filosofia do ensino filosófico” e afirma que este tema está sendo discutido atualmente, provocando algumas modificações no modo de percepção do ensino da Filosofia, quando se refere ao tema:

Se pensarmos, então, a didática da filosofia em sentido mais amplo, como um ensino filosófico da filosofia, talvez possamos superar aquela polaridade reconhecendo dois caminhos: por um lado, a filosofia pensará as condições de sua própria didática e, por outro, a didática especial poderá gerar estratégias específicas inéditas para ensinar filosofia. Com esse movimento procuro recorrer às características próprias da atitude filosófica (a exploração de suas próprias condições e pressupostos), para fundamentar depois que o ensino deveria ser considerado como um domínio autêntico da filosofia e, portanto, também a exploração de suas condições.

Cerletti (2004, p. 19) afirma que o problema do ensino de Filosofia não é um problema pedagógico, mas, acima de tudo, uma questão filosófica: “Nesse sentido, a questão de ensinar filosofia começa a ser vista como um problema propriamente filosófico – e também político – e não como uma questão exclusivamente pedagógica”. Não basta o conhecimento de uma didática geral e de conteúdos filosóficos para ensinar Filosofia, tarefa que vai além do conhecimento de metodologias e técnicas de ensino, através das quais o professor deveria apenas reproduzir o saber sábio.

A metodologia do ensino de Filosofia deve ser pensada com maior rigor. Embora o ensino de Filosofia não seja ainda amplamente considerado pelos filósofos atuais como tema relevante de discussão filosófica, essa atividade, esteve, ao longo da história, sempre presente na vida dos filósofos, desde Platão até os contemporâneos. A seguir será colocada a intrínseca relação de alguns filósofos com o ensino de Filosofia.

Platão, na Alegoria da Caverna, livro VII, da República, expõe detalhadamente sua concepção sobre conhecimento e educação. Divide a realidade em dois mundos: o sensível e o ideal. O mundo sensível é aquele em que vivem os homens, é a cópia imperfeita do mundo ideal, onde todos os seres são reproduções das idéias. Estas estão no Mundo Ideal, que é onde se encontra a verdade e a perfeição. As idéias (eidos) constituem a essência da realidade, a verdadeira realidade, perfeita e imutável. O homem, para Platão, é caracterizado como uma alma que vivia no mundo ideal e que contemplou, portanto, toda a verdade e que, ao nascer, esqueceu tudo o que sabia. Assim sendo, a educação platônica é um processo gradual de busca da verdade, das idéias que são inatas. Deste modo, o mestre deve criar condições para que o discípulo relembre as idéias, que são arquétipos do mundo ideal, reproduzidas como cópias imperfeitas na realidade sensível. O papel do professor, do filósofo educador, é o de orientador, pois, segundo Platão, não se pode ensinar, mas provocar no aluno o desejo de lembrar o que já está na sua mente. O conhecimento ou as idéias inatas estão adormecidos

na alma humana que as contemplou, enquanto vivia no mundo ideal. Na Alegoria da Caverna é descrito todo o processo do conhecimento, desde o momento em que os homens estão acorrentados até a sua saída para a luz e descoberta da verdade. Um dos trechos, que mostra a ligação de Platão com a educação e, ao mesmo tempo, explicita o papel do filósofo, expõe a idéia de que o homem não consegue sair sozinho da caverna, mas precisa do auxílio de alguém que o faça despertar para o conhecimento. Porém, adverte que o caminho para o saber é sinuoso. Veja-se:

Considera, pois – continuei – o que aconteceria se eles fossem soltos das cadeias e curados de sua ignorância, [...]. E se o arrastassem, dali à força e o fizessem subir o caminho rude e íngreme, e não o deixassem fugir antes de o arrastarem até a luz do sol, não seria natural que ele se doesse e agastasse, por ser assim arrastado, e, depois de chegar a luz, com os olhos deslumbrados, nem sequer pudesse ver nada daquilo que agora dizemos serem os verdadeiros objetos (PLATÃO, 1987, p.318-319, - 515 e, 516 a).

O método adotado por Platão para despertar o discípulo para o conhecimento é a Dialética através da qual são forjadas hipóteses, que são confirmadas ou rejeitas até que o discípulo chegue ao conhecimento verdadeiro. Coerente com seu mestre Sócrates, Platão valoriza o diálogo como forma de purificar o conhecimento geralmente fragmentado e distorcido que o homem possui, ajudando-o a sair da “Caverna” em que se encontra. O método platônico em pleno exercício é exposto nos seus diálogos.

Essa é a tarefa do professor, ou seja, fazer com que o indivíduo desperte para o saber, em certo sentido, forçando-o a sair da condição de ignorância em que se encontra. Para ele o filosofar nasce do espanto, admiração diante do desconhecido e é através do diálogo orientado que o homem atinge o conhecimento filosófico. Eis uma das técnicas de ensino adequada às aulas de Filosofia.

Já na Filosofia Moderna, Hegel foi outro filósofo que se dedicou ao ensino e aos métodos de ensinar. Além de ser professor universitário, foi reitor do Ginásio de Nuremberg durante oito anos, experiência da qual resultou o livro “Discursos sobre Educação”, onde estão as suas idéias pedagógicas. Nos “Discursos sobre Educação”, estão textos que ele escrevia e proferia para pais, alunos e professores do Ginásio, para marcar o encerramento do ano letivo e que, portanto, tratavam de vários temas, não se caracterizando como textos

especificamente filosóficos. Em um de seus discursos, trata de um problema que ainda hoje é enfrentado na educação em geral e na Filosofia em especial, como se pode avaliar abaixo:

Mas para que o ensino dado na escola dê frutos para os estudantes, para que estes, através desse ensino, façam progressos efectivos, para tal é tão necessária a sua *aplicação pessoal* como [é necessário] o próprio ensino. A regularidade na entrega dos trabalhos escritos, de preparação e repetição e de outras composições exigidas, aumentou devido à conduta séria dos professores e tornou-se um hábito.[...] Estes trabalhos não são só importantes para, por meio deles, imprimir mais fortemente [na mente do aluno], através da repetição, o que se tem de aprender na escola, mas quase mais para com eles a juventude ser conduzida de uma mera compreensão a uma auto-actividade, ao esforço próprio. Pois que a aprendizagem como mera recepção e assunto da memória é um aspecto altamente incompleto de ensino (HEGEL, 1994. p. 45).

Embora admitisse que o aluno da escola secundária não devesse ser incentivado a ter idéias ou reflexão própria, por considerar esse aspecto unilateral e que a finalidade da educação é de erradicar os pensamentos próprios dos jovens, o ensino deve proporcionar ao jovem a capacidade de compreensão própria dos conhecimentos para aplicá-los posteriormente.

Em uma época em que o ensino preconizava, a partir das idéias de Herbart, a instrução da mente, através de um método em que o aluno só aprendia o que o professor pensasse ser o melhor para ele, Hegel reconhece a importância da auto-atividade no processo educativo.

Entre os modernos e contemporâneos, a grande maioria dos filósofos atuam em Universidades ou na escola média, como professores de cursos de Filosofia.

Atualmente, Edgar Morin também se ocupa com a educação, defendendo o pensamento complexo como fundamento do processo educativo, ao partir de uma idéia de Pascal (1623-1662) que diz: "[...] considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes" (Pensamentos). O pensamento complexo parte da premissa de que o todo está contido em cada parte e as partes estão contidas no todo, a dualidade está dentro da unidade. Esta idéia leva a entender a multidimensionalidade do real que não pode ser reduzida à simplicidade ou a esquemas fechados de explicação. Morin (2000) defende a reformulação da educação e do ensino em que o conhecimento não seja tratado unidimensionalmente, mas numa perspectiva multidimensional, no qual o saber não será fragmentado, mas construído a partir da

transdisciplinaridade⁴. Afirma que os saberes estão compartimentados em diversas disciplinas que não se integram entre si. Este é o cenário da educação atualmente, apesar das reformas e inovações na legislação do Ensino Médio, Fundamental e Superior. A Filosofia, neste contexto, tornou-se também uma disciplina isolada, sem ligação com as demais. Assim, precisa-se reverter esta situação para que a Filosofia possa auxiliar na construção do saber transdisciplinar, que integre as disciplinas. No seu livro *A Cabeça bem Feita*, Morin (2000, p. 23) afirma que: “A Filosofia deve contribuir eminentemente para o desenvolvimento do espírito problematizador. A Filosofia é, acima de tudo, uma força de interrogação e de reflexão, dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana”.

Desse modo, confere grande responsabilidade ao professor de Filosofia na construção do saber transdisciplinar.

Professor de Filosofia e ou Filósofo: preconceitos contra o docente de Filosofia

Considerando que tantos filósofos, seja por opção ou não, tiveram a docência em Filosofia como profissão, como se justifica então essa obstinação em separar a Filosofia e seu ensino?

Segundo Obiols (2002, p. 88-89), há um conflito permanente entre a Filosofia e seu ensino:

A relação entre a Filosofia e seu ensino é bastante conflituosa. Inicialmente podemos conceber que há uma atividade filosófica ou uma atividade do filósofo que, seja como for que se entenda, parece que pode ser considerada alheia ao ensino. Fazer filosofia ou produzir Filosofia seria uma atividade marcadamente individual e o ensino de Filosofia, ao contrário, supõe uma exposição pública. Seria o ensino apenas um meio de vida para o filósofo? A atividade filosófica seria prejudicada pelo ensino? Estas são algumas das interrogações que nos colocamos.

⁴ Para Morin (2000), a transdisciplinaridade, segundo o pensamento complexo, é definida como as relações entre as disciplinas unindo-as ao invés de separá-las, como ocorre no pensamento linear, colocando-as num sistema global, total. Segundo Nicolescu, “Como o prefixo “trans” indica, a transdisciplinaridade diz respeito ao que está, ao mesmo tempo, *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de todas as disciplinas. Seu objetivo é *a compreensão do mundo presente*, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento.” (Internet, 2004, p.1)

Para o autor, o outro lado da questão ou um segundo modo de relação entre a Filosofia e o ensino deve ser destacada, pois muitos filósofos não separam a Filosofia de seu ensino, como, por exemplo, Platão, que fundou a Academia, uma escola para ensinar Filosofia, os filósofos medievais a ensinavam nas Universidades, prática que continuou até hoje. Conforme destaca Obiols (2002, p. 95-96):

Os delineamentos que tendem a demarcar uma estreita relação entre filosofia e ensino, tendem a considerar o ensino filosófico como uma atividade formativa, educativa, e ao trabalho com o ensino como uma instância do filosofar. Assim, em Sócrates, Platão ou Aristóteles está ausente a idéia de transmitir conteúdos alheios, ao menos como tais. Quando Aristóteles, por exemplo, na *Metafísica*, recorre ao pensamento dos filósofos pré-socráticos, “ensina” suas teorias, mas, sobretudo, está construindo sua própria perspectiva filosófica.

Historicamente são muitos os exemplos de envolvimento dos filósofos com o ensino e a educação, na perspectiva do segundo sentido indicado por Obiols. Porém, de acordo com Silva (2001), o conflito se estabelece quando a filosofia se nega a pensar em uma didática própria, a construir uma metodologia adequada ao seu ensino, que não seja somente a leitura e interpretação de textos e a definir seus objetivos enquanto componente curricular, especialmente no ensino secundário. A Filosofia precisa filosofar sobre seu processo de ensino:

Considerar que a filosofia está em condições de pensar sua prática de transmissão, isto é, fazer filosofia do ensino filosófico, nos permite quebrar a tradicional dualidade: didática, por um lado, filosofia pelo outro, como se fossem terrenos independentes; rompe-se também com a idéia de “aplicação” de uma suposta didática geral [...] à filosofia [...] todos sabemos que no caso da filosofia isto não é nada fácil (CERLETTI, 2003, p. 65).

As técnicas de ensino para as aulas de Filosofia devem ser criadas pela própria Filosofia ou pelos professores-filósofos que atuam nas escolas, não só pela sua prática pedagógica, mas, acima de tudo, através do acesso destes professores a cursos de formação continuada, constituindo fóruns de discussão sobre estas estratégias. Devem também ser discutidas e criadas pelos professores formadores juntamente com os estudantes de Filosofia.

Repensando as questões iniciais

Refletindo sobre as questões colocadas no início do texto, entende-se ser prudente que a programação de Filosofia para o Ensino Médio procure conciliar a História da Filosofia com o filosofar. Mesmo assim é bastante complexo decidir por esta ou aquela linha de conteúdos, pois em última análise a seleção da programação depende do bom senso dos professores responsáveis pela elaboração destas. O critério para a escolha dos conteúdos e pela linha que será seguida deve ser estabelecido a partir da situação concreta e dos interesses da comunidade onde a Filosofia se desenvolve. É certo que a Filosofia deve levar o jovem a desenvolver a capacidade de refletir sobre a realidade e a problematizá-la.

Pórem, não existem “fórmulas mágicas” para uma didática especial da Filosofia. Esta será construída tendo presente que deverá gerar conhecimentos para viabilizar uma atividade que se faz através reflexão: o filosofar. A criação de uma didática que concretize a ensinabilidade da Filosofia deve ser fundamentalmente considerada. É preciso transformar os modos de se fazer Filosofia, especialmente quando se trata de desenvolvê-la com adolescentes que se encontram numa fase com características comportamentais, afetivas e cognitivas muito próprias e de uma complexidade especial, marcada pela busca de autonomia, por um lado e de outro, por instabilidade. Esse comportamento do adolescente, próprio dessa fase de desenvolvimento, vai exigir seguramente uma didática especial, adequada a especificidades da Filosofia e ao adolescente. Boavida (1991, p. 5), ao refletir sobre a didática da Filosofia, afirma: “[...] se não definirmos um modo apropriado para o seu ensino, corremos o risco de a ver ensinada como qualquer outro domínio, de a ver tratada de um modo que, na realidade, não a respeita nem preserva”. Com isso, quer provocar a reflexão sobre a necessidade de uma didática própria da Filosofia.

Além desses problemas, é preciso que se quebrem o preconceito contra a atividade de ensino e o desprestígio com que o professor de Filosofia da escola Básica é tratado. Desse modo, a Filosofia como componente curricular obrigatório no Ensino Médio brasileiro só tem a ganhar. Pórem, a sua estabilidade como disciplina regular do Ensino Médio não depende só dos professores das escolas públicas e privadas de nível médio, nem só dos professores formadores de professores de Filosofia ou dos acadêmicos, mas da organização de todos esses segmentos para garantir a criação e implantação de políticas públicas para o ensino de Filosofia em especial e para a educação em geral.

Referências Bibliográficas

BOAVIDA, João. **Filosofia do ser e do ensinar**: proposta para uma nova abordagem. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Filosofia**. Brasília. Mai. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 38/2006 de 07 de julho de 2006. **Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio**. Brasília. Agosto de 2006.

HEGEL, Georg W. F. **Discursos sobre educação**. Lisboa: Colibri, 1994.

_____. A Fenomenologia do Espírito. In: Col. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta o que é <<Esclarecimento>>? [<<Aufklärung>>]. In **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

Carta/Manifesto de Londrina em favor da Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Disponível em <http://forumsulfilosofia.org/Carta_de_Londrina.pdf>. Acesso em 10/07/06.

CERLETTI, Alejandro. Ensino de Filosofia e Filosofia do Ensino Filosófico. In: GALLO, Silvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (orgs.). **Filosofia do ensino de Filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERLETTI, Alejandro. Ensinar Filosofia: da pergunta filosófica a proposta metodológica. In: KOHAN, W. (org.). **Filosofia**: caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GALLO, Silvio; KOHAN, Walter O. (orgs.). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HORN, Geraldo Balduino. **Por uma mediação praxiológica do saber filosófico no ensino médio**: Análise e Proposição a partir da Experiência Paranaense. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo- Faculdade de Educação, São Paulo, 2002.

LÔBO, Irene. **Escolas terão prazo de um ano para incluir filosofia e sociologia no ensino médio**. Disponível em < <http://www.agenciabrasil.gov.br/>>. Acesso em 15 de Agosto de 2006.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NICOLESCU, Basarab. **A Evolução Transdisciplinar a Universidade Condição para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <<http://perso.club-internet.fr/ciret/bulletin/b12/b12c8por.htm>> Acesso em 24/1104.

OBIOLS, Guilherme. **Uma introdução ao ensino da Filosofia.** Ijuí: Unijuí, 2002.

PLATÃO. **A República.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PORTA, Mario A. G. **A Filosofia e seus problemas.** São Paulo: Loyola. 2002.

RIBAS, Maria Alice C., MELLER, Marisa C., GONÇALVES, Rita de C. S. de Athayde. Reflexões sobre a necessidade de uma revisão crítica na formação do professor de filosofia. In QUADROS, Claudemir, AZAMBUJA, Guacira(orgs) **Saberes e dizeres sobre a formação de professores na Unifra. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2003.**

SILVA, Edison A. **A formação da disciplina de Filosofia no ensino médio brasileiro (1980 – 2000):** Uma contribuição à História das Disciplinas Escolares. 162f. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, São Paulo, 2001.

SILVA, Franklin, Leopoldo e. História da Filosofia: centro ou referencial. In: NIELSEN NETO, H. (org.). **O Ensino de Filosofia no 2º Grau.** São Paulo: SEAF/Sofia, 1986.